

A liga camponesa de *Três Marias*



Reprodução

Membros da Liga Camponesa de Três Marias criada nos anos 50 e fechada em 1964 com o golpe militar.

REGIS GONÇALVES

A caminhonete corria desabalada pelo asfalto novo, vencendo com facilidade as retas da estrada recém-inaugurada, que se estendia interminavelmente pelo cerrado. A paisagem era observada com curiosidade pelo motorista e seu acompanhante, ambos estudantes universitários encarregados daquela missão. Eles levavam uma carga preciosa, que devia ser entregue 276 quilômetros à frente.

O destino era Três Marias, lugarejo encravado às margens do rio São Francisco, no centro de Minas Gerais. Desde a década de 1950, o lugar vinha experimentando acelerada transformação, provocada pela implantação de uma grande usina hidrelétrica e pela abertura da rodovia BR-040, destinada a ligar Belo Horizonte à nova capital brasileira. Mandadas construir por Juscelino Kubitschek, usina e estrada simbolizavam a promessa de uma era de desenvolvimento sem precedentes para o país.

Depois de uma curva, os viajantes ganham uma encosta e de repente se descortina, magnífico, o grande lago

azul da barragem de Três Marias, “mar de Minas” a se perder no horizonte. “Acho que chegamos”, observa aliviado o motorista. “Isso mesmo, só pode ser aqui. Mas onde é mesmo que fica a sede da Liga Camponesa?”, indaga o companheiro. “Pois vamos perguntar”, retruca o primeiro. E se dirigiram à guarita das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), bem ali à frente.

Militantes estudantis, em Belo Horizonte, os dois estudantes integravam a base de apoio ao grupo de camponeses, que meses antes havia vencido uma batalha contra um latifundiário local, e se estabelecera num pedaço de terra às margens do rio, localizado depois da barragem e logo abaixo da ponte rodoviária sobre o Velho Chico.

A caminhonete transportava carteiras destinadas à escola rural que acabava de ser levantada pelos camponeses. A oferta desses móveis, construídos na capital e doados à Liga Camponesa de Três Marias, por membros do Sindicato dos Marceneiros, continha um inegável simbolismo. Selava a sonhada aliança ope-

Nas margens do Rio São Francisco, em Minas Gerais, os trabalhadores rurais construíram uma organização combativa no início dos anos 60, e sofreram a repressão da ditadura.

rário-camponesa, passo indispensável para o avanço revolucionário naqueles idos de 1962.

O fenômeno das Ligas

Desde o início daquela década, as Ligas Camponesas se alastravam pelo país como queimada em mato seco. Elas surgiram em meados dos anos 50, com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, entidade de fins assistencialistas formada por arrendatários e colonos, que tinha entre

seus objetivos um pecúlio para pagar o enterro dos associados.

A fórmula para a sua criação era a mesma idealizada por seu líder nacional, o advogado e deputado Francisco Julião: organizar uma associação de camponeses e ingressar em juízo todas as vezes que eles se sentissem espoliados. Para isso era fundamental, em todos os casos, a presença de um advogado. Depois de consolidadas em Pernambuco, onde em 1961 chegaram a reunir dez mil associados, em pouco tempo passaram a existir também na Paraíba, Goiás e Rio de Janeiro.

De sociedade beneficente, em breve as Ligas Camponesas se transformaram na ponta de lança da luta dos camponeses contra o latifúndio. “Enquanto eles cuidavam da morte, os fazendeiros não se importavam, mas, quando começaram a discutir as questões da vida, as coisas mudaram de figura”, opina o mineiro Antônio Ribeiro Romanelli, que em 1961 viajou ao sertão pernambucano para conhecer aquela experiência de organização camponesa.

“Eu os recebi e depois fiquei sabendo que a liderança era de Rinaldo Fernandes de Lima e Raimundo Nonato Pereira, o Raimundo Lingüiça, que estavam entre os quatro. E eles contaram a seguinte história: que as margens do Rio São

Francisco, logo depois da represa e da ponte na rodovia Belo Horizonte-Brasília, havia um terreno vago – quatro ou cinco hectares – que eles ocuparam, levaram suas famílias para lá e começaram a explorar a agricultura”, conta Romanelli.

Alegando que o terreno integrava sua fazenda, Neném da Peleca os expulsou de lá, com seus capangas e a ajuda da polícia. “Ficou o pessoal lá na beira da estrada, em condições precaríssimas, e queriam saber se eu podia fazer alguma coisa. Ao estudar o problema verifiquei que, pela lei, os terrenos que vão até 33 metros partir da última enchente do rio, na horizontal, pertenciam à União, eram terrenos da Marinha, pois o rio era navegável. Resolvi entrar na Justiça com esse argumento”. Em sua casa, num condomínio de classe média da capital mineira, o advogado, hoje com 77 anos, relembra aqueles fatos.

Um bom começo

Aquela batalha judicial traria para todos os envolvidos consequências muito mais profundas do que podiam então imaginar. A pendência levou coisa de dois anos e terminou com a vitória dos camponeses no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que mandou reintegrá-los na posse da terra. Eles logo recomeçaram a trabalhar na margem fértil do São

Francisco. “Era roçado mesmo, milho, cana, mandioca, feijão, arroz”, conta Raimundo Nonato, que esteve com o grupo desde o primeiro momento, a chamado de Rinaldo.

Aos 69 anos, pai de nove filhos, vivendo hoje num bairro proletário de Três Marias, Nonato relembra sua trajetória de filho de lavradores sem terra, nascido no lugarejo vizinho de Andrequicé. “A gente campeava, trabalhava para os fazendeiros, e no período de seca eu guiava boi, carreando mantimentos. Éramos oito irmãos, depois cada um foi crescendo e tomando um destino diferente. Meu pai continuou lá até morrer, em 1970”.

Por volta de 1961, muita coisa havia mudado, desde o primeiro enfrentamento com Neném da Peleca. “Cada um plantou um pouco de cada coisa e a gente fez uma colheita no ano de 1962”, diz Raimundo Nonato. Mas, além da terra e da fartura conquistadas, os camponeses também haviam se organizado. Orientados pelo advogado Antonio Romanelli e por militantes de esquerda, fundaram uma associação, que depois veio a ser a primeira Liga Camponesa de Minas Gerais.

Seu primeiro presidente foi Rinaldo Fernandes de Lima, ex-lavrador, que havia migrado da terra de origem e se tornara carpinteiro da Cemig. Sertanejo forte e falador, embora analfabeto, Rinaldo parecia talhado para dar continuidade em Três Marias ao movimento nascido em Pernambuco, que se propagava a outros Estados sob a bandeira da reforma agrária.

Assim, essa bandeira foi fincada naquele rincão sertanejo, por 14 famílias de trabalhadores, até pouco antes, despossuídos de terra. “A gente trabalhou a vida inteira pagando arrendo a outra pessoa. Sair de um arrendo para ter um terreno seu para trabalhar, todo mundo queria. O interesse nosso era esse, não era confusão nem nada”, é o que diz Rai-

Raimundo Nonato Pereira, um dos fundadores da Liga.



Foto: Regis Gonçalves

mundo Nonato Pereira, que logo depois sucederia Randolpho Fernandes de Lima na direção da Liga.

A luta se amplia

A realização, em Belo Horizonte, do 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, contou com uma delegação de Três Marias. E a Liga mineira recebeu logo depois a visita de Francisco Julião. “Veio ele, deputados, vários estudantes. Então, eles falaram muito em socialismo, mas a gente não era ligado na política, então não dava muito crédito. O negócio era segurar a terra. Não teve nada de guerrear, de fazer isso e aquilo, foi uma coisa bem democrática”, conta Raimundo Nonato.

O congresso de Belo Horizonte coincidiria com a nova política agrária, posta em prática pelo governo do recém-empossado, presidente João Goulart. Jango autorizou a sindicalização rural e criou a Superintendência Nacional da Reforma Agrária (Supra) para executar sua política fundiária. Passaram então a conviver, no campo, várias modalidades de organização do campesinato, das quais as mais importantes eram os sindicatos de trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas.

Ambas correspondiam às concepções diferentes sobre o sentido e a finalidade da luta camponesa: os sindicatos propugnando por melhorias nas relações de trabalho, dentro da legislação trabalhista, já estendida ao campo, e as Ligas propondo a luta revolucionária pela posse da terra, “na lei ou na marra”. O pequeno núcleo de camponeses organizados em Três Marias também experimentou os reflexos dessa polêmica.

Sobre isso, registra a historiadora Maria Eliza Linhares Borges: “Desde aquele momento, os moradores da comunidade rural de Três Marias passariam a conviver diretamente com a presença de líderes de vários grupos

de esquerda. Laboratório da prática desses, aquela comunidade nas margens do São Francisco passou a funcionar como “corpo receptor” dos discursos e das utopias de cada um dos grupos”. Já presidente da Liga, Raimundo Nonato Pereira incorporou essa utopia, mas à sua maneira: “Eles vinham aqui e davam força, dizendo que a reforma agrária era lei. Eu detestava falar em comunismo, o interesse de todo mundo era trabalhar, ter um pedacinho de terra para produzir.”

Um desses militantes da causa camponesa era o artista plástico e estudante de sociologia Guido de Souza Rocha, destacado pela organização Política Operária (Polop) para o trabalho político junto à Liga. Nessa condição, ele permaneceu seis meses no local, promovendo a educação política dos associados e dirigindo simultaneamente a construção da escola rural. “Tínhamos uma concepção bastante ingênua sobre o caráter socialista da luta daqueles camponeses”, confessa Guido.

Assim, foi que numa assembléia da Liga viu rejeitada sua proposta para a divisão igualitária da colheita entre os trabalhadores. “Randolfo foi radicalmente contra, argumentando que a divisão era injusta, porque uns trabalhavam mais do que outros”, lembra Guido Rocha. Como artista, no entanto, ele deixou importante registro sobre o dia-a-dia dos camponeses, em desenhos feitos a lápis duro, conforme os ensinamentos de seu mestre, Alberto da Veiga Guignard.

Houve na ocasião uma tentativa de levar a experiência da Liga Camponesa de Três Marias a outros municípios mineiros. “Eu fui eleito presidente das Ligas Camponesas do Estado de Minas Gerais, embora não houvesse outras, porque a idéia era espalhar as Ligas por todo o Estado. Mas aí, veio o Jango e uma das primeiras coisas que ele fez foi permitir a sindicalização rural e criar a Supra, nomeando como



Guido de Souza Rocha, militante da Polop, ajudou na organização da Liga.

delegado, em Minas, Antonio de Oliveira Lins, que era nosso companheiro. Resolvemos então, que seria melhor transformar as ligas camponesas em sindicato, porque teríamos mais possibilidades de conseguir apoios, inclusive oficiais”, conta o advogado Antônio Romanelli.

O advogado continua: “Nós começamos a fundação de sindicatos em outros lugares. Os camponeses achavam ótimo, porque pela primeira vez eles podiam ir a juízo reclamar aquilo que a Consolidação das Leis do Trabalho propiciava: salário mínimo, férias, enfim, as conquistas básicas. Íamos à Justiça e ganhávamos todas, porque quando perdíamos na primeira instância, porque o juiz era pressionado, ganhávamos aqui, no Tribunal. Então os sindicatos começaram a espalhar, a tomar corpo em Minas Gerais”.

Golpe e repressão

O avanço da organização dos camponeses correspondeu à época uma radicalização da luta pelas “reformas de base” (reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária) e uma contra-reação, que desaguou no golpe militar abril de 1964. “Quando nós estávamos para colher a segunda safra veio a revolução de 64”, conta Raimundo Nonato. “Eles acamparam aqui com muito policial e saíram prendendo todo mundo que falasse em reforma agrária. Então, quando foi no dia 4 de abril, eles prenderam a gente”.

A repressão que se abateu sobre os camponeses de Três Marias foi brutal. É ainda Raimundo Nonato quem conta: “Fiquei preso 78 dias. Nos interrogatórios eles perguntavam sobre comunismo, sobre armamentos, mas a gente não as tinha. Teve muito camarada espancado, judiado, isso a gente viu demais”. Não apenas os líderes foram vítimas, mas também suas famílias: “Foi todo mundo despejado. Inclusive, a cidade aqui comeu muito tempo a nossa custa. Eles faziam fila lá com carroça, carrinho de mão, carregando tudo o que era nosso. Nós não podíamos fazer nada, estávamos presos, e os que não foram presos haviam desaparecido”, relata Nonato.

Preso com os camponeses, o advogado Antônio Ribeiro Romanelli amargaria em consequência longos anos de exílio. No processo a que respondeu na Justiça Militar, inculparam-no pela tentativa de armar os associados da Liga de Três Marias para uma guerra de guerrilhas. “Consta até que o slogan ‘reforma agrária na lei ou na marra’ seria de minha autoria. Quanto às armas, a versão é que elas haviam sido transportadas na kombi, em que os estudantes levaram carteiras escolares, para a Liga. O veículo estaria carregado com metralhadoras tchecas que eu contrabandeara da Argentina”, comenta ele, entre risadas.

A semente plantada

Apesar, todo otimista, Roma-



Ilustração Guido Rocha

nelli faz um balanço. “Minha convicção é que as Ligas Camponesas foram o germe, a primeira semente lançada para se fazer alguma coisa de sério pela reforma agrária brasileira. Acho que houve um negócio importante, dialético. É que arrastado o movimento sindical, em 1964, todos nós fomos presos, alguns mortos, mas a semente estava plantada. Quando houve a redemocratização, as Ligas Camponesas ressurgiram, mas aí, em outros termos, muito mais avançados e muito mais elaborados, na forma de Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”.

E ele completa: “Nós não tínhamos nem a formação nem a estrutura que o MST conseguiu. Por isso, acho que a grande história da reforma agrária no Brasil está numa organização assim, com estrutura, com princípios, com normas, que se chama MST. Com esse movimento, nós não podemos nos comparar, porque era muito rudimentar a nossa organização”.

Mas o ex-líder camponês Raimundo Nonato Pereira não esconde sua amargura depois de tantos anos. Parece querer, assim, sepultar o passado, recusando-se inclusive a visitar a área que foi sede da Liga Camponesa de Três Marias. Com a expansão urbana da cidade, o local transformou-se no bairro Beira Rio, onde casas populares convivem com “ranchos” mantidos por pescadores amadores de Belo Horizonte.

Depois da prisão, em 1964, a vida de Nonato também mudou. “Voltei e virei pescador profissional durante seis anos”, ele diz. E que destino tiveram seus companheiros daquela época? Ele testemunha: “Quase todos morreram, nenhum conseguiu voltar à terra. Em 1966, recebi uma carta da Secretaria da Agricultura dizendo que eles iam empossar a gente novamente no terreno. Ninguém quis. Eu já estava trabalhando na Companhia Mineira de Metais (usina de zinco do

Grupo Votorantim). Sempre pensei que errar uma vez, tudo bem. Mas uma segunda...”

Sobre a luta pela terra ele não é menos cético: “Falar em reforma agrária era crime, hoje o governo fala em assentamentos, claro com resistência dos grandes proprietários, mas é uma coisa legal. Acontece, que na televisão a gente está vendo a turma sem terra presa, espancada. Então, é uma legalidade porca, é a legalidade do capitalismo. Na realidade, quem bater de frente com o capitalismo está errado, o certo é o capitalismo e pronto. Deveria haver mais igualdade entre os seres humanos, se o filho do deputado pode fazer faculdade, que o meu também possa fazer, mas não é assim”.

Raimundo faz uma pausa. A longa conversa que mantivemos parecia chegar ao fim. Ele faz pose para a foto, mas nenhum sorriso. O passado parece pesar como chumbo sobre seus ombros. Aos 69 anos, pensa em mudar-se para a Europa, onde moram dois de seus filhos, que migraram. Descrente da política, tornou-se evangélico: “Olha, eu ajudei a fundar o PT aqui em Três Marias e hoje tenho ódio do PT. Todo mundo que entra não dá nada que aproveite”.

Mas a despeito dos muitos ofícios e profissões experimentadas - trabalhador braçal, pescador profissional, operário da indústria, funcionário da Prefeitura Municipal de Três Marias (“me aposentei faz uns três anos, lá eu trabalhava na topografia”), ainda ecoa no peito de Raimundo o amor do camponês pela terra. “Se um dia eu der conta de comprar um terreno... porque eu gosto, tenho prazer de plantar. Hoje, você não come nada que não seja química e lá na roça, não, eu comia mandioca cultivada com terra mesmo, com esterco, plantava horta, cheguei a produzir um pé de alface com 1,8kg. A gente gosta da coisa”, finaliza nostálgico. ■

Regis Gonçalves é jornalista.